

# Processos migratórios na formação do interior paulista (Campinas: 1774-1877)

Paulo Eduardo Teixeira

**Como citar:** TEIXEIRA, P. E. Processos migratórios na formação do interior paulista (Campinas: 1774-1877). In: TEIXEIRA, P. E.; BRAGA, A. M. C.BAENINGER, R. (org). **Migrações: Implicações passadas, presentes e futuras.** Marília: Oficina Universitária. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 61-84

DOI: [https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-267-3.p. 61-84](https://doi.org/10.36311/2012.978-85-7983-267-3.p.61-84)



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

## PROCESSOS MIGRATÓRIOS NA FORMAÇÃO DO INTERIOR PAULISTA (CAMPINAS: 1774-1877)

*Paulo Eduardo Teixeira<sup>1</sup>*

A fundação oficial de Campinas ocorreu a partir de 1774, quando a mesma foi elevada à condição de freguesia, com o nome de N.S<sup>a</sup> da Conceição das Campinas, ainda, sobre as ordens do Morgado de Mateus, governador da Capitania de São Paulo. No princípio, a região de Campinas era um pouso destinado àqueles que percorriam o caminho que ligava a cidade de São Paulo à região das minas de Goiás. Essa estrada, segundo Saint-Hilaire (1976, p. 83), estendia-se “quase que paralelamente à fronteira ocidental de Minas Gerais”, passando por Jundiáí, Campinas, Mogi Mirim, Mogi Guaçu, Casa Branca e Franca. Outro viajante, o pastor Kidder (1980, p. 233), após deixar para trás a capital da província, em 1839, e seguir rumo a Campinas, descreveu a entrada desse caminho da seguinte maneira:

---

<sup>1</sup> Historiador e docente do curso de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação da FFC – UNESP/ Marília. Este artigo contempla resultados preliminares obtidos a partir do Projeto Temático “Observatório das Migrações em São Paulo”, financiado pela FAPESP. Email: pet@marilia.unesp.br

O caminho desenvolvia-se por entre morros e vales, apenas de raro em raro proporcionando uma visão mais ampla. Cada curva da estrada parecia nos levar mais para o âmago de um vastíssimo labirinto repleto de belezas vegetais, apenas levemente tocado, aqui e acolá, pela mão do agricultor.

Se, perto da metade do século XIX, o visitante podia contemplar poucas roças ao longo do caminho, imaginemos o que não teria sido isso por volta de 1740, quando foram distribuídas as primeiras datas de sesmarias na região de Campinas. No ano de 1767, o bairro rural era chamado de *Mato Groço*<sup>2</sup>, quando a população era de apenas 268 pessoas. Essa designação representava bem a região, que era coberta por densa floresta de mata tropical, onde a presença de árvores típicas, como jatobá, ipê, pau-d’alho, peroba, sucupira e jacarandá, davam ideia de sua vegetação original ainda preservada em alguns pontos da atual cidade.<sup>3</sup> Passadas algumas décadas, a imagem dessa vegetação ainda era muito marcante, pois, em 1818, o engenheiro D’Alincourt (1976, p. 51) observou que a vila estava cercada, a curta distância, por um “espesso arvoredó”.

A mudança para a condição de vila ocorreu por meio da determinação do governador, recém-empossado, Manuel de Melo Castro e Mendonça, no ano de 1797. A antiga designação de N. S<sup>a</sup> da Conceição das Campinas teve seu nome substituído para Vila de São Carlos, que, de acordo com D’Alincourt (1976, p. 51, 53), tal atribuição dera-se em razão da “comemoração do Augusto Nome da Rainha, a Senhora D. Carlota Joaquina”, no entanto o mesmo referiu-se à vila como “S. Carlos de Campinas”, e, em diversas menções, abandonou o nome do santo.<sup>4</sup>

Assim, durante todo o período da vila, que nascera do pouso dos Campinhos, a mesma recebeu a designação oficial de São Carlos. A restauração do nome de Campinas veio apenas em 1842, quando a vila

---

<sup>2</sup> Dados baseados na lista nominativa de habitantes ou censo de 1767, Arquivo Público do Estado de São Paulo, População Jundiáí, n.º da Ordem 87a.

<sup>3</sup> Cf. Brito (1956, p.66); Barreto (1995, p.55).

<sup>4</sup> Daniel P. Kidder (1980, p.237) lamenta a substituição feita no nome, considerando Campinas “bonito e adequado”. Saint-Hilaire refere-se diversas vezes a Campinas, entretanto o mesmo comete um equívoco quando diz que “o governo provincial de São Paulo deu-lhe o título de cidade, com o nome de São Carlos”, pois é exatamente nesse momento que a Vila de São Carlos retomou sua antiga denominação e passou a ser conhecida, inclusive até os nossos dias, como cidade de Campinas. Cf. Saint-Hilaire (1976, p.109).

tornou-se uma cidade, entretanto, para este trabalho, utilizar-se-á apenas o nome pelo qual ficou mais conhecida a região, ou seja, Campinas.

Quanto à população que habitava a Freguesia de N.S<sup>a</sup> da Conceição das Campinas em 1774, a mesma não passava de 475 pessoas, ao passo que vinte anos mais tarde, em 1794, ou seja, poucos anos antes da elevação da mesma à condição de vila, havia 249 domicílios e 1.862 habitantes, distribuídos entre livres, agregados e escravos.

Em 1818, D'Alincourt estimou em 6.000 pessoas o total de habitantes, onde parte dos moradores residia na vila, mais propriamente dita - no lugar em que os símbolos da autonomia administrativa se faziam representados por uma cadeia pequena, velha e com grades de pau; a casa da Câmara, que era pouco melhor; e o Pelourinho, que ficava no largo da Matriz. O arruamento era direito e de boa largura, com casas térreas feitas de taipa e cobertas de telhas, porém poucas eram as ruas existentes. Nesse período, o açúcar tornara-se o principal ramo de negócio existente na vila, o que obrigava uma grande importação de escravos. Para Saint-Hilaire (1976, p. 110), Campinas já era o maior produtor de açúcar de toda a província e contava com uma centena de engenhos. Em 1829, segundo as listas nominativas de habitantes, existiam 950 domicílios e perto de 8.500 pessoas, sendo que nesse momento os cativos eram quase a metade do total da população.

A localização geográfica da vila campineira, destacada por Kidder (1980, p. 236), favoreceu o lugar a tornar-se “o ponto de encontro das tropas que levam açúcar para o litoral”, além de atestar que isso tenha dado “mais vida e energia” a vários setores comerciais. Em 1860, o diplomata suíço J.J. von Tschudi (1976, p. 154) desembarcava no Brasil e, ao visitar algumas fazendas em Campinas nas quais havia colonos europeus trabalhando, o ministro teve oportunidade de escrever o seguinte em atenção à localidade:

São Carlos de Campinas, uma trintena de anos atrás, era ainda uma cidade sem importância. Em seus arredores cultivava-se a cana-de-açúcar, mas sem grande proveito, pois os preços eram baixos e a grande distância do porto de Santos encarecia demasiado o transporte. [...] seguindo o exemplo dos fazendeiros do Rio de Janeiro, os de Campinas começaram também a plantar café, o que fizeram em escala cada vez maior, até que todas as terras entre Jundiá e São João do Rio Claro

ficaram inteiramente cobertas de cafezais. Esta nova cultura teve conseqüências muito benéficas para Campinas, então vila ainda, e que em 1840 foi elevada à categoria de cidade, desenvolvendo-se daí para cá em extensão e importância.

As declarações desse viajante remetem a dois momentos econômicos distintos: o período da lavoura canavieira e o do café, sendo a elevação à condição de cidade um marco desse crescente esplendor, a respeito do qual o mesmo afirmou que “Campinas está fadada a ser a segunda cidade da Província” (TSCHUDI, 1976, p. 154).

Tschudi ainda informou que o município contava com uma população total de 21 mil habitantes, sendo que, destes, 14 mil eram escravos, e que a cidade abrigava de 5 a 6 mil pessoas. Esses números registram a vitalidade e a grande importância alcançada por Campinas como centro comercial de várias comarcas, “tanto da Província, como também da de Minas Gerais, que para ela enviam seus produtos, tais como algodão, toucinho, feijão, queijo, etc., recebendo em troca sal, ferramentas, artigos importados da Europa” (TSCHUDI, 1976, p. 173). Entretanto, para que o sucesso da cidade fosse coroado de pleno fulgor, Tschudi (1976, p. 173) apontou para uma questão vital: “a construção da estrada de ferro Santos – São Paulo – Campinas”, que foi realizada poucos anos mais tarde.

Quanto ao conhecimento do crescimento demográfico de Campinas nas décadas finais do século XIX, é possível individuar esse fato a partir do primeiro censo do Império, realizado em 1872, que apontou uma população total de 31.397 pessoas, sendo 13.685 escravos. Enfim, os dados revelam um crescimento populacional positivo, mas deve-se ressaltar que parte desse aumento foi proporcionada pela imigração de europeus e outros grupos que passaram a adentrar o território paulista, especialmente quando as leis abolicionistas apontaram para o final do escravismo no Brasil.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> A cronologia das leis abolicionistas revela duas questões, de um lado, a pressão externa sofrida pelo Brasil, sobretudo por parte dos ingleses, quando a lei de 1850 marca esse processo, de outra parte, as pressões internas das campanhas abolicionistas quando as leis do sexagenário e do ventre-livre demonstram o avanço do debate interno até a sua consumação, com a Lei Áurea de 1888. Cf. Rodrigues (2000).

## METODOLOGIA DO ESTUDO

A mobilidade geográfica ou espacial nas sociedades do século XIX e anteriores pode ser estudada graças aos métodos da demografia histórica e à existência de informações sobre a naturalidade que consta de alguns documentos que se tornaram fundamentais para o conhecimento de nossas sociedades pretéritas, que são as *Listas Nominativas de Habitantes* e, especialmente, os *Registros Paroquiais de Casamento*.

A *Lista Nominativa* de Campinas, do ano de 1814, apontou 53 diferentes locais de nascimento para os chefes de domicílio, ao passo que, em 1829, a relação saltou para 73, o que revela um aumento significativo de pessoas oriundas de um número cada vez mais elevado de lugares diversos. Nas listas, encontramos poucas pessoas naturais de regiões mais distantes, como o caso de Cuiabá, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Curitiba, “do continente do Sul”, bem como da Europa, sobretudo de Lisboa. Peso expressivo, no entanto, tiveram as áreas mais próximas, como as de vilas vizinhas de Atibaia, Itu, Jundiaí, Nazaré, Bragança, Mogi Mirim e da cidade de São Paulo.

Quanto aos *Registros Paroquiais* de Casamentos, os mesmos informam a existência de cerca de duas centenas de diferentes lugares de nascimentos para os noivos de ambos os sexos que contraíram matrimônio em Campinas, no período de 1774 até 1877. O espectro de vilas e cidades assemelhou-se ao apontado pelas *Listas Nominativas*, confirmando a importância de localidades vizinhas a Campinas, em seu processo de povoamento, como áreas de dispersão de imigrantes livres. Tal fato pode ser comparado ao caso estudado por Giovanni Levi (1971), onde o autor demonstrou que a cidade de Turin, na Itália, durante a primeira metade do século XVIII, cresceu em grande medida pela vinda de imigrantes das dioceses de Mondovi e de Vercelli, chegando à conclusão que:

Onde uma boa economia, uma boa agricultura se desenvolve, forma-se como uma barreira que modifica as estruturas da área geográfica da imigração. Ao contrário, as zonas em crise deixam escapar muito mais gente (LEVI, 1971, p. 544).

Diante dessas informações, vislumbra-se o desenho de um quadro no qual Campinas se apresenta como lugar de grande atração, tendo os fatores econômicos possibilitado o assentamento de uma população desejosa de enriquecer, o que, certamente, fez com que a região se tornasse um polo de atração como poucos no Brasil. Terras de boa qualidade e em abundância, formas de exploração econômica diversificadas, desde a agricultura mercantil até o pequeno comércio, que foram sendo desenvolvidas nos primórdios do seu povoamento até o momento que a cidade começou a ser palco de uma industrialização incipiente, em meados do século XIX, e demonstrou que a economia cafeeira permitiu a introdução na cidade de inúmeros símbolos da “modernidade”: os trilhos de trem, a iluminação pública e as reformas sanitárias.

Para mapear a influência da população migrante nesse processo de constituição de uma “nova” sociedade, serão analisados, principalmente, os registros paroquiais de matrimônios realizados em Campinas, no período de 1774 a 1877, cobrindo, assim, tanto a população dita livre quanto escrava. Procurou-se, para tanto, pensar nos processos envolvidos, tendo em conta os diferentes motivos de entrada de pessoas, como a escravidão, que trouxe de maneira compulsória uma quantidade enorme de pessoas para os territórios campineiros. Por sua vez, o sistema de colonato introduzido em São Paulo, pelo senador Vergueiro, nos primórdios do século XIX, em sua fazenda de Ibicaba, demonstrava outra proposta de trabalho para os estrangeiros, mas que somente ganhou força depois de meados do século XIX. Assim, o objetivo maior neste estudo é o de dar uma visão geral sobre as diferentes localidades que contribuíram para enviarem pessoas para trabalhar, viver e, talvez, morrer em Campinas.

## **AS ORIGENS DA POPULAÇÃO DE CAMPINAS**

Na base dessa sociedade, o escravo passou a ganhar maior importância para o estabelecimento de uma economia agrária voltada ao comércio, e, em 1814, quando a vila de Campinas não tinha completado vinte anos de existência, a mesma já despontava como uma região com

forte presença de mão de obra escrava para, em 1829, superar a antiga vila de Itu e muitas outras.<sup>6</sup>

Mas, ao estudar a população livre propriamente dita, passa-se a entender melhor o processo migratório desencadeado na região de Campinas, pois ela foi responsável pela compra de escravos, consequentemente, pela sua importação de outras áreas. Assim, se, entre 1814 e 1829, houve um aumento da população de escravos, é porque uma parcela da população livre tinha condições e interesses para que esse fenômeno fosse incrementado. Portanto qual o perfil da população livre que se estabeleceu em Campinas nas décadas iniciais do século XIX? Quais eram seus interesses? Para tentar responder a estas questões tratar-se-á de destacar os seguintes aspectos: naturalidade, raça e atividades econômicas.

TABELA 1 - Principais localidades de origem pela raça do chefe de domicílio, Campinas: 1814 e 1829

PRINCIPAIS LOCALIDADES	RAÇA						
	1814			1829			
	BRANCO	PARDO	TOTAL	BRANCO	PARDO	NEGRO	TOTAL
<b>Atibaia</b>	37	29	66	33	4		37
<b>Bragança</b>	20	21	41	24	11		35
<b>Campinas</b>	46	21	67	142	30	1	173
<b>Itu</b>	33	29	62	69	11	1	81
<b>Jundiá</b>	30	18	48	46	22	2	70
<b>Mogi</b>	13	17	30				-
<b>Nazaré</b>	62	67	129	38	17		55
<b>Parnaíba</b>			-	15	10		25
<b>Santo Amaro</b>			-	18	5		23
<b>São João</b>	15	18	33				-
<b>São Paulo</b>	33	17	50	31	13	3	47
<b>TOTAL</b>	<b>289</b>	<b>237</b>	<b>526</b>	<b>416</b>	<b>123</b>	<b>7</b>	<b>546</b>

Fonte: Listas Nominativas de Campinas (Arquivo Edgard Leuenroth – UNICAMP)

<sup>6</sup> Luna e Klein (1990, p. 370), estudando a posse de escravos em algumas localidades de São Paulo, em 1829, apontaram para as seguintes médias de escravos por proprietário: Itu = 11,0; Mogi = 4,6; São Paulo = 4,9. Em Campinas, nesse ano, a média foi de 14,7.

Como se demonstra na Tabela 1, em 1814, quase a metade do número de chefes de domicílios (45%) foram declarados “pardos” pelos recenseadores, e a grande maioria era proveniente das principais localidades que forneceram habitantes para Campinas, e, nos casos de Nazaré, Bragança, São João e Mogi, estas localidades exportaram mais pardos que brancos. Portanto percebe-se que a imigração foi importante no processo de ocupação da terra ao permitir a inclusão daqueles que vieram de camadas sociais menos favorecidas.

Já, no ano de 1829, a presença de imigrantes pardos oriundos das principais localidades não chegou a 1/3 e apenas Nazaré e Bragança permaneceram entre as principais regiões fornecedoras de novos povoadores, além disso, mesmo nesses dois casos, a vinda maior foram de pessoas brancas, possivelmente indicando uma mudança na valorização do solo e impedindo a permanência de pessoas despossuídas em terras campineiras. Esses resultados mostram que, nesse momento, a vila funcionou como centro de dispersão da população mestiça, tal como ocorreu numa área de expansão agrícola argentina (FABERMAN, 1995, p. 36).

Nota-se, ainda, que Campinas passou a ser a primeira localidade, individualmente falando, a gerar um maior número de chefes de domicílio brancos, seguida por Itu e Jundiáí, duas das mais antigas vilas do velho oeste paulista, e, portanto, berço de importantes famílias que investiram em terras campineiras. Em outras palavras, visa-se a esclarecer que nesse período a concentração de riqueza nas mãos de brancos, representada pela posse das terras e de escravos, foi responsável não só pela saída de muitas pessoas do campo, como também impediu o estabelecimento de outras que tinham condições econômicas desfavoráveis.

TABELA 2 - Proporção dos escravos pelo número de proprietários chefes de domicílio, Campinas: 1814

ANO 1814	Faixa de Escravos						TOTAL
	1-5	6-10	11-15	16-20	21-50	51-100	
<b>N.º Senhores de Escravos</b>	129	25	12	6	24	6	202
	63,8%	12,4%	6%	3%	11,8%	3%	100%
<b>N.º Total de Escravos</b>	304	187	153	112	790	347	1.893
	16,1%	9,9%	8,1%	5,9%	41,7%	18,3%	100%
<b>N.º Médio de Escravos</b>	2,4	7,5	12,7	18,6	32,9	57,8	9,37

Fonte: Listas Nominativas de Campinas (Arquivo Edgard Leuenroth – UNICAMP)

Quando da análise quanto à posse de escravos, foi possível detectar que, entre 1814 e 1829, intensificou-se o processo de concentração de riqueza nas mãos dos grandes senhores, pois a maioria dos senhores de escravos, em 1814, correspondia aos pequenos proprietários, aqueles que possuíam de um a cinco cativos, embora os senhores que tinham de 21 a 50 escravos tenham sido responsáveis por manter mais de 40% do total da população cativa (Tabela 2).

Quando são comparadas essas mesmas informações disponíveis para o ano de 1829 (Tabela 3), nota-se que diminuiu a participação dos pequenos proprietários em 10% e a sua participação no total de escravos caiu pela metade! Os senhores que possuíam de 51 a 100 cativos passaram a responder por 33,6%, além de surgir uma pequena elite de apenas cinco senhores com mais de cem escravos. Portanto, um modelo concentrador de rendas encontrava-se em pleno funcionamento, baseado na grande propriedade de escravos e na monocultura.

TABELA 3 - Distribuição dos escravos pelo número de proprietários chefes de domicílio, Campinas: 1829

ANO 1829	Faixa de Escravos						+100	TOTAL
	1-5	6-10	11-15	16-20	21-50	51-100		
N.º Senhores de Escravos	175	42	25	23	34	23	5	327
	53,5%	12,8%	7,6%	7,1%	10,4%	7,1%	1,5%	100%
N.º Total de Escravos	392	319	322	418	1.120	1.615	613	4.799
	8,2%	6,6%	6,7%	8,7%	23,4%	33,6%	12,8%	100%
N.º Médio de Escravos	2,3	7,6	12,8	18,2	32,9	70,2	122,6	14,67

Fonte: Listas Nominativas de Campinas (Arquivo Edgard Leuenroth – UNICAMP)

Essa transformação está associada à menor importância que os agricultores passaram a representar no quadro da economia local, após 1814, quando a produção de açúcar ultrapassou todas as demais.<sup>7</sup> Em Campinas, esse período correspondeu àquele momento referido por Amaral Lapa, em que se fundiram as fronteiras, demográfica e econômica, resultando na etapa de superação da produção de subsistência pela atividade principal: a produção açucareira.

Ao analisar-se a localidade de origem dos chefes de domicílio pela faixa de idade (Tabelas 4 e 5), em 1814, havia um maior peso dos chefes de domicílio nascidos em Campinas que tinham menos de 29 anos, enquanto que, em 1829, a participação tornou-se mais significativa na faixa dos 30 aos 49 anos. Vejamos:

<sup>7</sup> Analisando a posse de escravos e a participação dos agricultores não vinculados à produção do açúcar em 1804, Luna e Costa (1983) constataram que, em Campinas, os domicílios de agricultores era parcela majoritária, detendo expressiva massa de cativos. Como se pode perceber, este padrão assemelha-se ao do ano de 1814.

TABELA 4 - Procedência dos chefes de domicílios pela faixa etária, Campinas: 1814

ANO 1814		LOCALIDADE DE ORIGEM			TOTAL
FAIXA ETÁRIA	Campinas	Outras	Indefinido		
10-19	4	4	2	10	
20-29	30	124	6	160	
30-39	18	146	1	165	
40-49	5	167	10	182	
50-59	4	104	5	113	
60+	5	75	1	81	
<b>TOTAL</b>	<b>66</b>	<b>620</b>	<b>25</b>	<b>711</b>	

Fonte: Listas Nominativas de Campinas (Arquivo Edgard Leuenroth – UNICAMP)

TABELA 5 - Procedência dos chefes de domicílios pela faixa etária, Campinas: 1829

ANO 1829		LOCALIDADE DE ORIGEM			TOTAL
FAIXA ETÁRIA	Campinas	Outras	Indefinido		
10-19	7	6	5	18	
20-29	57	79	47	183	
30-39	50	131	45	226	
40-49	35	166	45	246	
50-59	14	113	28	155	
60+	9	84	21	114	
<b>TOTAL</b>	<b>172</b>	<b>579</b>	<b>191</b>	<b>942</b>	

Fonte: Listas Nominativas de Campinas (Arquivo Edgard Leuenroth – UNICAMP)

Em outras palavras, a vila começou a gerar um maior número de pessoas que permaneceram na terra natal como novos chefes de família. Todavia foi na faixa de 20-29 anos que, tanto em 1814 quanto em 1829, individua-se o maior número de chefes de domicílio nascidos na própria vila, indicando que os mesmos eram frutos de povoadores que haviam se estabelecido quando Campinas ainda era uma freguesia, portanto pelo menos entre 1785 e 1797.

Os domicílios, durante o período da freguesia de Campinas, estavam divididos pelos bairros rurais, entretanto os censos de 1814 e 1829 encontram-se divididos em companhias, que infelizmente não apresentam

sua localização geográfica, restando apenas o conhecimento de que a 1.<sup>a</sup> Companhia, de 1814 e 1829, e a 7.<sup>a</sup> Companhia, deste último ano, correspondem à parte central da vila. Contudo pode-se aproveitar essas informações realizando a distribuição dos habitantes pelas companhias, assim, procurando perceber um aspecto importante do povoamento em Campinas.

TABELA 6 - Naturalidade dos chefes de domicílio de acordo com a sua distribuição pelas companhias, Campinas: 1814

LOCAL	COMPANHIAS						TOTAL
	1	2	3	4	5	6	
<b>Campinas</b>	13	5	15	11	10	13	<b>67</b>
<b>Nazaré</b>	6	6	5	70	40	3	<b>130</b>
<b>Atibaia</b>	11		29	12		14	<b>66</b>
<b>Itu</b>	7	4	8	6	24	13	<b>62</b>
<b>São Paulo</b>	18	4	5		22	1	<b>50</b>
<b>Jundiaí</b>	4	7	16	15	1	5	<b>48</b>
<b>Bragança</b>	3	3	11	4	14	6	41
<b>São João</b>		7	2		21	3	<b>33</b>
<b>Mogi</b>	6	1	2	4	5	12	<b>30</b>
<b>TOTAL</b>	<b>68</b>	<b>37</b>	<b>93</b>	<b>122</b>	<b>137</b>	<b>70</b>	<b>527</b>

Fonte: Listas Nominativas de Campinas (Arquivo Edgard Leuenroth – UNICAMP)

A tabela 6 ilustra a divisão feita para 1814 e evidencia que as famílias de migrantes procuravam se organizar de forma tal que podiam compartilhar a solidariedade de outras famílias que tinham na localidade de origem algo em comum. Este tipo de migração, segundo Darroch (1981, p. 260), consistiria na participação de parentes e amigos que financiavam e assistiam ao migrante. Pelos censos, também, percebe-se que muitos sobrenomes de fogos vizinhos representavam a associação de seus moradores a um clã maior. A origem familiar de um bairro, segundo Candido (1979, p. 76), foi “tendência visível por todo o povoamento de São Paulo antes da imigração estrangeira”.

Conforme os dados, nota-se 70 famílias de Nazaré morando na 4.<sup>a</sup> Cia e 40 na 5.<sup>a</sup> Cia, ao lado de 24 chefes de domicílios vindos de Itu

e 22 de São Paulo. Estes indícios permitem compreender a articulação entre as várias famílias através das redes de parentesco, dessa maneira, ampliando o conceito de família (VELHO, 1987, p. 82). Em 1829, o quadro foi alterado, então, dando lugar a um maior equilíbrio entre os migrantes de diferentes lugares e demonstrando talvez que o período de grande migração para as áreas rurais estivesse chegando ao fim, pois, como se pode perceber, o processo de ocupação das melhores terras já havia se efetivado neste ano e a produção do açúcar alcançava os mais elevados índices, indicando a existência de grandes propriedades. Ainda assim, em 1829, a 3.<sup>a</sup> Cia abrigava 23 chefes de domicílio provenientes de Jundiá e 20 de Atibaia, enquanto, na 4.<sup>a</sup> Cia, ainda, achavam-se 28 famílias de Nazaré, conforme ilustra a tabela 7.

TABELA 7 - Naturalidade dos chefes de domicílio de acordo com a sua distribuição pelas companhias, Campinas: 1829

LOCAL	COMPANHIAS							TOTAL
	1	2	3	4	5	6	7	
<b>Campinas</b>	10	19	30	31	15	25	43	<b>173</b>
<b>Itu</b>	9	6	14	12	6	13	21	<b>81</b>
<b>Jundiá</b>	5	3	23	12	1	6	21	<b>71</b>
<b>Nazaré</b>	3	2	3	28	3	5	11	<b>55</b>
<b>São Paulo</b>	17	6	1	1		1	21	<b>47</b>
<b>Atibaia</b>			20			2	15	<b>37</b>
<b>Bragança</b>	3	5	7	5	5	3	7	<b>35</b>
<b>Parnaíba</b>	8	3	3	2		1	8	<b>25</b>
<b>Sto Amaro</b>	4	2	3	1		2	11	<b>23</b>
<b>TOTAL</b>	<b>59</b>	<b>46</b>	<b>104</b>	<b>92</b>	<b>30</b>	<b>58</b>	<b>158</b>	

Fonte: Listas Nominativas de Campinas (Arquivo Edgard Leuenroth – UNICAMP)

No caso dos migrantes de São Paulo, nota-se que, em 1829, os mesmos instalaram-se preferencialmente na 1.<sup>a</sup> e 7.<sup>a</sup> Cia, ou seja, as regiões centrais da vila, onde havia possibilidades para as atividades ligadas ao pequeno comércio e à prestação de serviços, com as quais, provavelmente, estavam acostumados, pois o estudo de Maria Odila L. da S. Dias (1984), sobre as mulheres daquela cidade, demonstra que muitas delas viviam

de suas vendas, de suas agências e dos jornais de escravos. Portanto dar continuidade a um trabalho já conhecido poderia ser um caminho mais fácil à adaptação e sobrevivência desses migrantes.

Estudando as principais atividades exercidas pelos chefes de domicílio, entre 1814 e 1829, observa-se que um grande número de agricultores e lavradores deixou de exercer essa atividade. Em 1814, eles somavam 370 chefes de domicílio, correspondendo a 51% do total, sendo que, em 1829, não chegaram a 32%, com 303 chefes de domicílio. Ao comentar sobre esse movimento em declínio do número de fogos de agricultores em face do aumento do número de domicílios, Valter Martins (1996, p. 38) sugere que “o crescimento da população caminhou em direção a outras atividades que não a agrícola”.

Sem dúvida, houve aumento do número de negociantes e daqueles que viviam de costura, venda, agências, prestação de serviço e jornais de escravos. Cresceu também o número de senhores de engenho e, por exemplo, da Vila de Itu, pelo menos desde 1814 vieram representantes das principais famílias desse ramo de atividade se estabelecer em Campinas. Outra indicação de que em 1829 o processo de migração tornou-se muito reduzido é o fato de poucas famílias estabelecerem-se como “morador novo”, ou seja, indivíduos que fundavam um novo fogo ou domicílio. Em 1814, houve o assentamento de 42 novas famílias, ao passo que, em 1829, esse número foi de apenas 10, sendo que 7 eram originárias da própria vila.

Até 1814, esse processo de crescimento baseado na migração de pessoas oriundas de localidades diversas parece ter favorecido o crescimento da população livre de um modo geral. A partir do momento que esse processo sofreu um arrefecimento, a população livre não acompanhou o aumento da população escrava, que a ultrapassou em 1829 (TEIXEIRA, 2004). Essas ideias sugerem que, enquanto havia terras disponíveis e de fácil acesso a populações de outros lugares, estas, incentivadas por parentes ou amigos, vinham e se instalavam, desse modo, contribuindo com o crescimento de livres. Porém, nos anos sucessivos, em que as grandes fazendas passaram a ocupar cada vez mais espaço para ampliarem sua produção e a importação de escravos fez-se mais necessária, identifica-se que a população dependente de domicílios sem escravos, portanto livre, não só estabilizou-se como, a partir de 1814, decresceu.

Em suma, era a população livre e sem escravos, proveniente de um processo migratório, originado a partir de uma política de povoamento baseada no estímulo ao comércio, que Campinas viu o grande crescimento populacional da freguesia e vila, porém, a partir da primeira década do século XIX, a economia açucareira determinou uma mudança profunda no perfil demográfico, importando mais escravos e dificultando a entrada do contingente populacional livre de pardos e brancos pobres, que passaram a ir mais para o oeste, onde a terra de boa qualidade e outros estímulos atraíram os novos moradores. Assim, lugares como Piracicaba, Rio Claro, Araraquara e outros devem ter sofrido processo colonizador semelhante (DEAN, 1977).

Finalmente, quando se examina a condição social da população subordinada aos senhores de escravos ao longo desses anos, nota-se que a população livre teve um crescimento numérico pouco significativo e, proporcionalmente, em constante declínio em relação à população cativa (Tabela 8).

TABELA 8 - Distribuição da população nos domicílios de senhores de escravos por condição social, Campinas: 1774, 1794, 1814 e 1829

ANO	CONDIÇÃO SOCIAL							
	LIVRES		ESCRAVOS		AGREGADOS		ESCRAVOS de AGREGADOS	
	F. Ab.	F. Rel.	F. Ab.	F. Rel.	F. Ab.	F. Rel.	F. Ab.	F. Rel.
1774	176	61,3%	87	30,3%	24	8,4%	0	0
1794	361	38,7%	498	53,4%	74	7,9%	0	0
1814	941	30,0%	1.893	60,3%	265	8,4%	42	1,3%
1829	1.300	20,4%	4.799	75,2%	214	3,4%	66	1,0%

Fonte: Listas Nominativas de Campinas (Arquivo Edgard Leuenroth – UNICAMP)

Reitera-se a ideia de que, especialmente na década de 1820, o processo migratório de livres em direção a Campinas estagnou e sofreu uma inversão. A diminuição da população livre parece ter ocorrido pela saída dessas pessoas para outras áreas. Se a Freguesia de Campinas foi beneficiada com a vinda de muitos casais para o fortalecimento de seu núcleo populacional durante vários anos, nesse momento, era ela quem começava a contribuir para a formação de novas vilas.

Ao consultar o recenseamento de 1822, referente a Rio Claro, Warren Dean (1977, p. 22) comentou que, dos 231 domicílios existentes, quase a metade dos chefes de família

[...] tinham nascido fora do povoado, em locais geralmente próximos e um pouco distanciados das regiões ainda inexploradas. A maioria tinha vindo de Mogi-Mirim, Bragança e Nazaré, municípios a sudeste, com uma alta proporção de pequenas propriedades em declínio. Alguns eram de Campinas e Itu, ao sul, uns poucos eram oriundos de municípios mais distantes.

## CICLOS ECONÔMICOS E MIGRAÇÕES

Neste item, busca-se demonstrar como o processo migratório foi iniciado para Campinas tendo como parâmetro as Listas Nominativas de habitantes. Dessa maneira, aqui, o objetivo será o de visualizar a origem dos noivos que contraíram matrimônio em diversos momentos político-econômicos pelos quais a localidade campineira se caracterizou, neste estudo, dividida da seguinte forma: Freguesia (1774-1799), período em que, inicialmente, há o predomínio de atividades voltadas para a subsistência e o início do cultivo da cana-de-açúcar; Vila (1800-1824), correspondente à primeira fase de expansão dos canaviais; Vila (1825-1850), que sinaliza o auge da produção campineira de açúcar, dividindo espaço com a cultura nascente do café na região; Cidade (1850-1877), período no qual o café se instala como principal fonte de renda no território.

TABELA 9 - Naturalidade dos migrantes livres por sexo, Campinas: 1774-1799

NATURALIDADE	<i>População Livre</i>			
	HOMENS		MULHERES	
	Números absolutos	%	Números absolutos	%
<b>Campinas</b>	7	<b>3,7</b>	<b>16</b>	<b>8,4</b>
<b>Atibaia</b>	32	16,8	14	7,3
<b>Bragança</b>	-	-	2	1,0
<b>Itu</b>	16	8,4	8	4,2
<b>Jundiaí</b>	12	6,3	29	15,2
<b>Nazaré</b>	17	8,9	28	14,7
<b>Subtotal</b>	<b>84</b>	<b>44,1</b>	<b>97</b>	<b>50,8</b>
<b>Outras</b>	107	55,9	94	49,2
<b>TOTAL</b>	<b>191</b>	<b>100</b>	<b>191</b>	<b>100</b>

Fonte: Registros Paroquiais de Casamentos (Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas).

Os dados da tabela 9 apontam que cerca de 50% dos noivos e noivas eram naturais de apenas seis localidades próximas, sendo Campinas a que inicialmente ofereceu menor número de noivos. Essa endogamia geográfica, também observada em outras localidades europeias e brasileiras, foi, possivelmente, o que proporcionou maior facilidade para que houvesse casamentos entre parentes, talvez, com maior frequência em virtude da endogamia social.<sup>8</sup>

Além disso, algo chamou a atenção, isto é, a maior presença de noivas nascidas em Campinas desde a fundação da Freguesia, em 1774, muito embora a participação dos noivos nascidos em Campinas tenha crescido ao longo dos períodos seguintes, ou seja, entre 1800 e 1824 (Tabela 10) e 1825-1850 (Tabela 11), ainda assim, foi menor que a de noivas. Por sua vez, a tabela 12 revela um momento em que a participação de noivos nascidos em Campinas cessa de crescer proporcionalmente ao número de sujeitos oriundos de localidades mais distantes, o que pode-se aludir ao início de uma nova onda de migrantes estimulada pela economia cafeeira. Vale destacar que a região vizinha, composta por Atibaia, Bragança Paulista, Nazaré, Itu e Jundiaí, deixou de ser importante polo migratório para Campinas no final da década de 1820.

---

<sup>8</sup> Cf. Lebrun ([197?], p. 35), em Penmarch, 77% dos cônjuges eram originários da mesma paróquia, isto entre 1720-1790; em Loiron, esse índice foi de 64,8% para o período de 1668-1790; e em Vineuil, entre 1740-1790, a proporção foi a mais elevada: 80,2%. Em São João Del Rei, Silvia Brügger (2002, p.119) constatou esse mesmo fato, maior proporção de mulheres naturais da própria localidade desde 1751, ao passo que os noivos se tornaram majoritários a partir de 1781. “Neste sentido, pode-se inferir que a população natural da região se tornava gradativamente mais sedentária, em função da prosperidade econômica propiciada pelo comércio e pela produção de gêneros de abastecimento. Assim sendo, se, no século XVIII, predominaram os casamentos de homens migrantes com mulheres naturais de São João del Rei, a partir de fins daquela centúria passaram a ser majoritárias as uniões de nubentes nascidos na própria região”.

TABELA 10 - Naturalidade dos migrantes livres por sexo, Campinas, 1800-1824

NATURALIDADE	<i>População Livre</i>			
	HOMENS		MULHERES	
	Números absolutos	%	Números absolutos	%
<b>Campinas</b>	<b>204</b>	<b>16,7</b>	<b>404</b>	<b>33,1</b>
Atibaia	93	7,6	87	7,1
Bragança	80	6,5	61	4,9
Itu	66	5,4	71	5,8
Jundiaí	96	7,8	127	10,4
Nazaré	105	8,6	103	8,4
<b>Subtotal</b>	<b>644</b>	<b>52,6</b>	<b>853</b>	<b>69,7</b>
Outras	578	47,4	369	30,3
<b>TOTAL</b>	<b>1.222</b>	<b>100</b>	<b>1.222</b>	<b>100</b>

Fonte: Registros Paroquiais de Casamentos (Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas).

Voltando para a questão do predomínio de noivas nascidas em Campinas em relação aos noivos de mesma origem, como explicar tal desnível, visto que a razão de sexo entre os filhos de chefes de domicílio apresentou um ligeiro predomínio do sexo masculino?<sup>9</sup> Desta forma, qual o destino de parte da prole masculina nesse contexto socioeconômico? Uma resposta possível seria o fato de potenciais noivos nascidos em Campinas terem se casado com mulheres de outras localidades, e, portanto, nestes casos, as cerimônias foram registradas em tais lugares. Enfim, François Lebrun ([197?], p. 35) afirma que o costume, até hoje notório, “de se casar na paróquia da futura esposa, explica que a porcentagem de cônjuges (mulheres) originárias da paróquia é sempre mais elevada que a dos cônjuges (homens)”.

Importa salientar que Atibaia, Nazaré e Itu foram três das mais importantes localidades, que, no período de 1774-1799, forneceram boa parte de noivos e noivas para Campinas, mas que, nos períodos subsequentes, apresentaram uma queda gradativa nessa participação, ao passo que, em sentido oposto, os noivos originários da própria vila passaram a ter um peso mais significativo nesse grupo, chegando os homens a representarem 38,1% dos contraentes entre 1825-1850, e as

<sup>9</sup>A razão de sexo entre os filhos de homens e mulheres chefes de domicílio em Campinas apresentou os seguintes números: em 1774, 105,1; em 1794, 106,8; em 1814, 108,6; e, em 1829, 107,3.

mulheres a 57,6% do total das noivas desse mesmo período (Tabela 11). Essas informações demonstram que a mobilidade espacial esteve centrada principalmente na região do oeste paulista, e que o mercado nupcial se fez em torno da área de Campinas, quando a mesma ainda era uma freguesia, porém tornando-se mais e mais a terra natal dos noivos que constituíram a vila campineira.

TABELA 11 - Naturalidade dos migrantes livres por sexo, Campinas, 1825-1850

NATURALIDADE	<i>População Livre</i>			
	HOMENS		MULHERES	
	Números absolutos	%	Números absolutos	%
<b>Campinas</b>	<b>525</b>	<b>38,1</b>	<b>795</b>	<b>57,6</b>
Atibaia	24	1,7	12	0,8
Bragança	50	3,6	49	3,5
Itu	56	4,1	30	2,2
Jundiaí	78	5,6	40	2,9
Nazaré	14	1,1	16	1,2
<b>Subtotal</b>	<b>747</b>	<b>54,2</b>	<b>942</b>	<b>68,2</b>
Outras	632	45,8	437	31,8
<b>TOTAL</b>	<b>1.379</b>	<b>100</b>	<b>1.379</b>	<b>100</b>

Fonte: Registros Paroquiais de Casamentos (Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas).

TABELA 12 - Naturalidade dos migrantes livres por sexo, Campinas, 1850-1866

NATURALIDADE	<i>População Livre</i>			
	HOMENS		MULHERES	
	Números absolutos	%	Números absolutos	%
<b>Campinas</b>	<b>439</b>	<b>36,5</b>	<b>566</b>	<b>47</b>
Atibaia	-	-	-	-
Bragança	3	0,2	9	0,7
Itu	1	0,1	3	0,3
Jundiaí	7	0,6	5	0,4
Nazaré	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>450</b>	<b>37,4</b>	<b>583</b>	<b>48,4</b>
Outras	754	62,6	621	51,6
<b>TOTAL</b>	<b>1.204</b>	<b>100</b>	<b>1.204</b>	<b>100</b>

Fonte: Registros Paroquiais de Casamentos (Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas).

Acerca dos povoadores, seria de esperar que, entre eles, predominassem os homens, uma vez que diversos autores têm apontado

que haveria uma tendência maior para migrar. Ressalta-se, no entanto, que para Campinas a grande maioria dos povoadores era formada por casais, ao contrário daquilo que se poderia supor para uma área de fronteira.<sup>10</sup>

Quanto à população cativa, sua origem, inicialmente, é fruto de um processo migratório forçado e o maior contingente é considerado “Gentios de Guiné”. Há angolanos, congos, africanos de Moçambique, benguelas e escravos de “Nação”, porém pouquíssimos nascidos em Campinas. Há também escravos nascidos no Brasil, os “crioulos”, que alimentam o tráfico interno, sendo muitos deles oriundos de localidades variadas.

Assim, a tabela 13 evidencia esse processo no momento inicial do povoamento de Campinas. Essa tendência vai predominar até 1825 (Tabela 14), quando, a partir desse momento, dado o intenso fluxo de cativos para Campinas, começam a gerar noivos nascidos na própria vila, representando 8,1% dos noivos e 15,5% das noivas (Tabela 15).

TABELA 13 - Naturalidade dos migrantes escravos por sexo, Campinas: 1774-1799

NATURALIDADE	<i>População Escrava</i>			
	HOMENS		MULHERES	
	Números absolutos	%	Números absolutos	%
<b>Campinas</b>	<b>1</b>	<b>1,2</b>	<b>4</b>	<b>4,8</b>
<b>Angola</b>	2	2,4	1	1,2
<b>Congo</b>	1	1,2		
<b>Gentio de Guiné</b>	48	57,8	38	45,8
<b>Subtotal</b>	<b>52</b>	<b>62,6</b>	<b>43</b>	<b>51,8</b>
<b>Outras</b>	31	37,4	40	48,2
<b>TOTAL</b>	<b>83</b>	<b>100</b>	<b>83</b>	<b>100</b>

Fonte: Registros Paroquiais de Casamentos (Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas).

<sup>10</sup> Sobre alguns autores que apontaram para uma forte migração masculina nas áreas de fronteira, destaca-se Alida Metcalf (1990, p. 295), que, ao se preocupar com as práticas sucessórias das famílias de escravistas, constatou para Parnaíba “a estratégia de enviar os filhos (homens) para o sertão [...], tendo sido repetida de geração em geração [...]”; Dora I. P. da Costa (1997, p. 150, 151), que aceitou o modelo proposto por Metcalf para Campinas, acrescentou “mais um elemento: o genro só se tornava líder da família na ausência da prole masculina a qual tinha um papel fundamental de desbravar o sertão à oeste e aumentar a riqueza familiar”; finalmente, Renato L. Marcondes (1998, p. 60), preocupado com os indicadores de sexo que apontavam para um predomínio das mulheres em relação aos homens livres em Lorena, propôs que “no início da ocupação de uma nova região haveria a emigração principalmente de homens das áreas mais antigas”.

TABELA 14 - Naturalidade dos migrantes escravos por sexo, Campinas: 1800-1824

NATURALIDADE	<i>População Escrava</i>			
	HOMENS		MULHERES	
	Números absolutos	%	Números absolutos	%
<b>Campinas</b>	<b>12</b>	<b>1,6</b>	<b>15</b>	<b>2,1</b>
<b>Benguela</b>	1	0,1		
<b>Congo</b>			2	0,2
<b>Gentio de Guiné</b>	586	81,3	515	71,4
<b>Subtotal</b>	<b>599</b>	<b>83</b>	<b>532</b>	<b>73,7</b>
<b>Outras</b>	122	17		26,3
<b>TOTAL</b>	<b>721</b>	<b>100</b>	<b>721</b>	<b>100</b>

Fonte: Registros Paroquiais de Casamentos (Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas).

TABELA 15 - Naturalidade dos migrantes escravos por sexo, Campinas: 1825-1850

NATURALIDADE	<i>População Escrava</i>			
	HOMENS		MULHERES	
	Números absolutos	%	Números absolutos	%
<b>Campinas</b>	<b>62</b>	<b>8,1</b>	<b>119</b>	<b>15,5</b>
<b>Angola</b>			1	0,1
<b>Congo</b>	2	0,2	3	0,3
<b>Guiné</b>	310	40,5	118	15,4
<b>Gentio de Guiné</b>	162	21,2	137	17,8
<b>Moçambique</b>			2	0,2
<b>Nação</b>	14	1,8	11	1,4
<b>Subtotal</b>	<b>550</b>	<b>71,8</b>	<b>391</b>	<b>50,7</b>
<b>Outras</b>	216	28,2	375	49,3
<b>TOTAL</b>	<b>766</b>	<b>100</b>	<b>766</b>	<b>100</b>

Fonte: Registros Paroquiais de Casamentos (Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas).

No período subsequente, ou seja, quando Campinas torna-se uma cidade imperial e a cultura do café passa a tomar conta do cenário rural, a população cativa de noivos provenientes da África começa a diminuir, indicando as influências das leis que procuraram inibir o “infame comércio”. O que se nota, portanto, é um aumento de escravos nascidos em um número maior de outras localidades brasileiras e que passaram a alimentar o processo migratório interno de cativos (Tabela 16).

TABELA 16 - Naturalidade dos migrantes escravos por sexo, Campinas: 1851-1877

NATURALIDADE	<i>População Escrava</i>			
	HOMENS		MULHERES	
	Números absolutos	%	Números absolutos	%
<b>Campinas</b>	<b>135</b>	<b>8,1</b>	<b>205</b>	<b>12,2</b>
<b>Benguela</b>	4	0,2	4	0,2
<b>Congo</b>	7	0,4	9	0,6
<b>Guiné</b>	276	16,4	124	7,3
<b>Moçambique</b>	37	2,2	57	3,4
<b>Nação</b>	165	9,7	65	3,8
<b>Subtotal</b>	<b>624</b>	<b>37</b>	<b>464</b>	<b>27,5</b>
<b>Outras</b>	1.063	63	1.223	72,5
<b>TOTAL</b>	<b>1.687</b>	<b>100</b>	<b>1.687</b>	<b>100</b>

Fonte: Registros Paroquiais de Casamentos (Arquivo da Cúria Metropolitana de Campinas).

Em suma, estas informações permitem compreender o processo migratório no interior paulista a partir de uma localidade que atingiu importância central no processo de povoamento do interior paulista, na sequência do final do século XVIII. Em relação à população livre, uma migração com forte peso regional, ao passo que o processo internacional de uma migração forçada da população que se tornou escrava, esteve condicionada aos determinantes de uma política que procurou por fim ao comércio internacional de cativos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender o processo migratório de Campinas permite entrever a existência de padrões de desenvolvimento demográfico afetados por condicionantes políticas, econômicas, geográficas e ecológicas.

O trabalho aqui apresentado é fruto de diversas pesquisas relacionadas a conhecer o papel da população que se abrigou na região de Campinas, dessa forma, desvendando quem foram os sujeitos que, em diferentes momentos históricos, contribuíram para o desenvolvimento econômico, de tal maneira que entender os processos migratórios, seja de livres ou escravos, permite identificar as dinâmicas e suas condicionantes. Neste caso, o peso da migração forçada para áreas de *plantation* proporcionou

a expansão canavieira, com isso, gerando um grande acúmulo de capital, que passou a ser convertido para as plantações de café, principalmente em meados do século XIX. A participação da população livre foi importante para aquilo que Santos (2001) denominou como “agricultura mercantil de subsistência”.

Finalmente, o aprofundamento das análises comparativas, quer entre localidades e produtos, deve constituir estudos destinados a conhecer e compreender o processo de desenvolvimento populacional e agrícola do passado brasileiro.

## REFERÊNCIAS

- BARRETTO, Margarita. *Vivendo a História de Campinas*. Campinas: Mercado das Letras - Autores Associados, 1995.
- BRITO, Jolúma. *História da cidade de Campinas*. Campinas: [s.n.], 1956. v.1.
- BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal – Família e sociedade (São João Del Rei – séculos XVIII e XIX)*. 2002. 412 fls. Tese (Doutorado História) - ICHF – Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ, 2002.
- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. 5.ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- COSTA, Dora Isabel P. da. *Herança e ciclo de vida: um estudo sobre a família e população em Campinas, São Paulo (1765-1850)*. 1997. 322. fls. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense. Niterói/RJ, 1997.
- D’ALINCOURT, Luiz. *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. São Paulo: Martins, 1976.
- DARROCH, A. Gordon. Migrants in the nineteenth century: fugitives or families in motion? *Journal of Family History*, v. 6, n.3, p. 257-277, fall 1981.
- DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FABERMAN, Judith. Família, ciclo de vida y economía doméstica. El caso de Salavina, Santiago Del Estero, en 1819. In: *BOLETÍN del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”*. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires/Fondo de Cultura Económica, II semestre 1995. Tercera serie, n.12. p.33-59.
- KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Sul do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/USP, 1980.
- LEBRUN, François. *A vida conjugal no Antigo Regime*. Lisboa: Rolim, [197?].
- LEVI, Giovanni. Mobilità della popolazione e immigrazione a Torino nella prima metà Del settecento. *Quaderni Storici*, VI, 1971, p. 510-554.

- LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero. Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. *Separata da Revista Estudos Econômicos*, USP, v. 13, n. 1, jan./abr.1983.
- \_\_\_\_\_. Klein, Herbert S. Escravos e senhores no Brasil no início do século XIX: São Paulo em 1829. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 20, n.3, p. 349-379, set./dez. 1990.
- MARCONDES, Renato L. *A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba, século XIX*. Lorena/SP: Stiliano, 1998.
- MARTINS, Valter. *Nem senhores, nem escravos: os pequenos agricultores em Campinas; 1800-1850*. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996.
- METCALF, Alida C. A família e a sociedade rural paulista: Santana de Parnaíba, 1750-1850. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 20, n.2, p. 283-304, maio-ago. 1990.
- RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio*. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas: Unicamp, 2000.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/USP, 1976.
- SANTOS, Jonas Rafael dos. *Escravos e senhores em Mogi das Cruzes: a estrutura de posse de escravos, 1777-1829*. 144 fls. Dissertação (Mestrado em História) – FHDSS/UNESP. São Paulo, 2001.
- TEIXEIRA, Paulo Eduardo. *O outro lado da família brasileira*. Campinas/SP: Unicamp, 2004.
- TSCHUDI, J.J. von. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo: Martins, 1976.
- VELHO, Gilberto. Família e subjetividade. In: ALMEIDA, Angela Mendes et al. *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRRJ, 1987. p.79-88.